



Ano 8, Vol XVI, número 2, 2015, Jul-dez, .132-149.

O significado da incerteza na (re)construção das narrativas vocacionais

The meaning of uncertainty in current vocational narratives

Ana Raquel Soares Paulino

Carlos Manuel Gonçalves

RESUMO

Este artigo procura refletir sobre o significado da incerteza na construção de narrativas vocacionais na atualidade, partindo dos resultados e reflexões originados por uma investigação desenvolvida em Portugal e que procurou explorar o significado que a transição para o (des)emprego assume para os jovens adultos diplomados do ensino superior. Um questionário geral, a escala *Latent and Manifest Benefits of Work (LAMB-Scale)* e o *General Health Questionnaire – 12 (GHQ-12)* foram aplicados a uma amostra de 577 diplomados do ensino superior (321 desempregados e 256 empregados). Os resultados indicam diferenças significativas na percepção de privação no acesso aos benefícios do trabalho e na percepção de mal-estar, entre desempregados e empregados, bem como entre desempregados à procura de um primeiro emprego e com experiência profissional prévia. Os resultados são aqui apresentados e analisados, considerando as suas principais implicações a nível psicológico, social e institucional, inferindo-se, de modo particular, conclusões e implicações para a intervenção vocacional em diferentes transições vocacionais e com diferentes públicos.

Palavras-chave: trabalho, desemprego, incerteza, significado psicológico, diplomados com qualificação superior

ABSTRACT

This article aims to reflect about the meaning of uncertainty in current vocational narratives, based on the results of a Portuguese research about the meaning of the transition to (un)employment among higher education graduates. A general questionnaire, the *Latent and Manifest Benefits of Work (LAMB-Scale)* scale and the *General Health Questionnaire – 12 (GHQ-12)* were applied to 577 higher education graduates (321 unemployed and 256 employed). The results show meaningful differences at the perception of deprivation regarding the access to different benefits of work and at the perception of well-being, between employed and unemployed individuals, and between the unemployed individuals that are looking for a first job or looking for a new one. The results are presented and analyzed here, considering their psychological, social and institutional impact, leading to a set of conclusions and inferences for vocational guidance in different vocational transitions and different targets.

Keywords: work, unemployment, uncertainty, psychological meaning, higher Education graduates



A dimensão da incerteza na atualidade das trajetórias vocacionais

A educação e a formação representam vetores essenciais das sociedades ocidentais contemporâneas, onde assistimos, nas últimas décadas, a uma multiplicação das oportunidades formativas, a uma generalização do acesso à educação e a um cada vez mais recorrente estabelecimento de compromissos individuais com oportunidades de formação/aprendizagem ao longo da vida que proporcionam o acesso a qualificações escolares e profissionais mais elevadas e que ocupam um lugar de destaque nas (pre)ocupações individuais, sociais, económicas e políticas. Regra geral, subjacente a estes investimentos, está uma expectativa de que se reflitam numa ampliação (tanto em quantidade como em qualidade) das oportunidades sociais e profissionais a que os indivíduos passam a ter acesso. Contudo, num contexto de crise e de profundas mudanças socioeconómicas e laborais como aquele em que vivemos, nem sempre essa relação de aproximação crescente à educação, à formação e à aprendizagem se repercute na ampliação efetiva das estruturas de oportunidades sociais e profissionais.

Ainda que este não represente o objetivo único e último da formação e da aprendizagem, é inequívoco que configura uma dimensão central das narrativas vocacionais atuais de jovens e adultos, com particular incidência nas daqueles que escolhem ou escolheram prolongar os seus investimentos formativos no sentido de obtenção de uma qualificação académica de nível superior, e que encontram cada vez mais desafios e dificuldades tanto no processo de transição da formação para o trabalho, como em todas as transições que marcam, depois, as suas trajetórias profissionais. Isto impõe, inevitavelmente, novas premissas à configuração e gestão dos seus projetos de vida, bem como das expectativas pessoal e socialmente construídas que os sustentam, influenciando o modo como a formação, a aprendizagem e a transição para o (des)emprego são vivenciadas e significadas pelos indivíduos, pela sociedade e pelas instituições que nelas estão implicadas.

Efetivamente, nas sociedades ocidentais contemporâneas, o desemprego apresenta-se como realidade em crescimento, de modo muito expressivo entre



os diplomados com uma qualificação superior – recém-licenciados ou não – (Gonçalves, Carreira, Valadas & Sequeira, 2006), em consequência da massificação do acesso ao Ensino Superior e da evolução da estrutura económica e laboral que não a acompanham nem sustentam. Não só o desemprego, mas também a instabilidade e precariedade de oportunidades profissionais e as múltiplas transições entre diferentes empregos e situações de empregabilidade e desemprego caracterizam, de há uns anos para cá e contrariamente ao que era previamente esperado e expectável, as trajetórias vocacionais destes diplomados. Estas profundas transformações no mercado laboral têm necessariamente consequências para os indivíduos na “(...) [sua] construção identitária, na medida em que fragilizam os futuros profissionais e dificultam a concretização de projetos e aspirações” (Azevedo, 1998, p. 135) que recorrentemente se associam a um investimento formativo ao nível do ensino superior e colocam novos desafios também às instituições e à sociedade que os integra.

O desemprego, enquanto inatividade profissional voluntária ou involuntária que se faz acompanhar da disponibilidade para trabalhar e de comportamentos de procura de emprego (IEFP), remete os indivíduos para um contexto de incerteza e risco, em que a diminuição do volume de trabalho socialmente necessário, a precarização das relações laborais, o crescimento dos fenómenos de desemprego e de formas de emprego atípicas, a entrada mais tardia dos jovens no mercado de trabalho e a desregulação das condições de acesso e de permanência no emprego (Parada & Coimbra, 1999) coexistem com a exaltação do papel desempenhado pelo trabalho (principalmente enquanto meio de subsistência e medida de valor pessoal) na estrutura de vida das sociedades e dos indivíduos (Schnapper, 1998).

Todas estas transições e transformações comportam, inevitavelmente, profundas implicações psicossociais. Desde logo, motivam a extensão e a complexificação dos processos de transição para o mundo do trabalho e para a idade adulta que se repercutem no adiamento da implementação e concretização dos projetos das gerações mais jovens, associado, tanto ao investimento mais prolongado em atividades de formação académica e



profissional, como ao adiar de outros papéis de vida tradicionalmente associados à idade adulta, especialmente nas esferas relacional e familiar (Arnett, 2000, 2006; Bynner, 2005). Apesar de uma série de fatores institucionais e estruturais poderem representar constrangimentos significativos na configuração da estrutura de oportunidades que se apresenta aos indivíduos no processo de transição da adolescência para a idade adulta, influenciando a construção e o desempenho de papéis e identidades (Bynner, 2005), um novo estágio parece emergir no ciclo de vida e neste contexto de transição. Arnett (2000, 2006) denomina-o de *adulthood emerging*, definindo-o como um período *a)* de possibilidades e de exploração da identidade, com adiamento da tomada de decisão quanto ao futuro, *b)* de auto-focalização e *c)* de instabilidade, consequências da ênfase no processo de exploração e na magnitude das possibilidades que o caracterizam, e *d)* em que os indivíduos experienciam um sentimento de que já não são adolescentes, mas também ainda não são adultos, associando-se a uma significativa instabilidade e imprevisibilidade de estatuto (Arnett, 2000, 2006). Por outro lado, o trabalho perde, progressivamente, o seu valor enquanto elemento estruturante dos percursos de vida, favorecendo a multiplicação e a complexificação dos determinantes do desenvolvimento vocacional e exigindo, da parte dos indivíduos, uma constante reflexão, (re)definição de objetivos e adaptabilidade vocacional (Savickas, 1997). Os indivíduos são cada vez mais chamados a estarem disponíveis e serem capazes de lidar com todas estas tarefas previsíveis e imprevisíveis que se impõem nos processos de transição para o trabalho (Coimbra, Parada & Imaginário, 2001) e que, no contexto atual, implicam a sua resignificação à luz de novas formas de inserção profissional e o seu reposicionamento num contexto mais abrangente de investimentos pessoais e sociais (Schnapper, 1998; Gonçalves, 2006) que podem configurar contextos de experimentação de novas formas do *self* em sociedade (Parada & Coimbra, 1999).

A transição para o desemprego, em particular, impõe, na perspectiva de Jahoda e Fryer, restrições no acesso e/ou na percepção de acesso a uma série de benefícios que tradicionalmente advêm do trabalho. Jahoda (1979, 1981, 1982, 1992) defende que o trabalho, enquanto instituição social, cumpre



determinadas necessidades humanas, associando-se, portanto, a consequências manifestas ou deliberadamente contempladas e a consequências latentes, isto é, que ocorrem como produto não planejado de ações intencionais. A disponibilidade financeira constitui a consequência manifesta do trabalho, enquanto as consequências latentes contemplam a) a estruturação do tempo que é culturalmente imposta, b) o contacto social que implica a partilha de experiências e contacto com pessoas fora do meio familiar, constituindo uma forma de ligação social, c) o propósito coletivo, promotor da interdependência; d) o estatuto e e) a atividade (*idem*). Ora, o desemprego, enquanto ausência de trabalho, implicaria linearmente a privação no acesso a essas categorias de experiência psicológica, o que desencadearia consequências negativas, particularmente associadas à deterioração do bem-estar psicológico dos indivíduos desempregados e motivadas, primordialmente, pela privação no acesso aos benefícios latentes (*idem*). Assim sendo, os indivíduos empregados teriam, de um modo global, um maior acesso a estes benefícios do que os desempregados que, na sua essência, se veem privados da relação com o trabalho, o que se tem verificado numa série de investigações desenvolvidas neste domínio (*e.g.* Jackson, 1999; Creed & Reynolds, 2001; Waters & Moore, 2002; Creed & Machin, 2003). Ainda que outras variáveis pessoais, sociais e da própria trajetória vocacional, como por exemplo a experiência de trabalho prévia, a proeminência que o fenómeno do desemprego assume no contexto em que o indivíduo está integrado ou o investimento noutras instituições sociais que lhe permitam aceder às funções psicológicas cumpridas pelo trabalho possam mediar o impacte psicológico do desemprego (*idem*).

Fryer e Payne (1984), por seu turno, consideram que a privação financeira e as dimensões latentes elicitadas por Jahoda concorrem, em conjunto, para a restrição da agência pessoal que condiciona o modo como os indivíduos procuram compreender e lidar com a transição para o desemprego e com todas as restrições que lhe estão inerentes. Consequentemente, a vivência negativa da experiência de desemprego seria explicada tanto pela ausência das funções psicológicas do trabalho como pela restrição da ação (Fryer & Payne, 1986; Fryer, 1988), consequência das dificuldades financeiras que tendem a emergir



em situações de desemprego (e que desempenham, na perspectiva destes autores, um papel fundamental na percepção de restrição e na deterioração do bem-estar), mas também das normas, expectativas e representações sociais que aliadas à arbitrariedade e complexidade que caracteriza o contexto social em que o indivíduo desempregado se integra, poderão limitar e desencorajar o papel ativo que poderia desempenhar, no sentido de um maior controlo pessoal sobre os acontecimentos e sobre o seu próprio percurso de vida (*idem*). Não obstante, seria o papel ativo do sujeito que, através da criação das suas próprias instituições sociais ou do acesso a instituições existentes, lhe permitiria lidar com as suas necessidades sociais e psicológicas. O desemprego, enquanto ausência de relação com o trabalho, configurará, portanto e na perspectiva destes autores, um contexto de restrição de acesso a uma série de funções psicológicas tradicionalmente cumpridas por aquele, ainda que outras dimensões de existência e investimentos pessoais e sociais possam funcionar como facilitadores do acesso a essas categorias de experiência.

A transição para o (des)emprego representará, assim, um processo que, no contexto atual, se reveste de profundas implicações psicossociais a diferentes níveis, influenciando o modo como os indivíduos, nomeadamente os diplomados do ensino superior, vivenciam e significam os seus projetos e percursos e (re)constróem as suas narrativas vocacionais. A ampla cobertura mediática a que vimos assistindo deste fenómeno e realidade e as premissas e valores que tende a difundir concorrem também para o modo como esta transição é integrada, não só nas narrativas vocacionais dos diplomados do ensino superior, mas também dos ainda estudantes quer desses níveis de ensino, quer dos mais jovens e suas famílias, nos momentos em que começam a posicionar-se de modo mais estruturado e estratégico quanto aos seus futuros, formativos e profissionais. Por isso, de modo cada vez mais recorrente, assistimos a revisões das escolhas vocacionais no ensino superior e nas transições para e no mercado de trabalho, muitas vezes vivenciadas com tristeza e frustração, mas também a uma maior dificuldade na construção pessoalmente significativa de projetos e escolhas entre os jovens mais novos, que mais dificilmente se distanciam das narrativas sociais proeminentes.



Evidências duma investigação focada no significado psicológico do trabalho e do desemprego entre diplomados do ensino superior

Partindo deste referencial e procurando compreender o modo como a experiência de transição para o (des)emprego é vivenciada, significada e integrada, por diplomados do ensino superior, na sua estrutura de vida e nos seus projetos vocacionais realizou-se, no contexto Português, uma investigação com 577 diplomados do ensino superior (256 empregados e 321 desempregados, dos quais 146 estão à procura de um primeiro emprego, 156 à procura de um novo emprego e 19 não estão à procura de emprego, pelo que não foram considerados para efeitos de análise), com idades compreendidas entre os 21 e os 35 anos ($M=26.69$; $SD=3.01$), maioritariamente feminina (73%), licenciada (88%) e oriunda do ensino superior público (75%).

A amostra foi constituída por conveniência, segundo um método aleatório de amostragem, tendo-se solicitado aos potenciais participantes no estudo que acessem e respondessem *online* a um questionário especificamente construído para o efeito, assim como à *Latent and Manifest Benefits of Work - LAMB-Scale* (Muller, Creed, Waters & Machin, 2000) e ao *General Health Questionnaire-12 - GHQ-12* (Goldberg, 1972), ambos adaptados e validados para a população Portuguesa por Sousa-Ribeiro e Coimbra (2005, 2007). O questionário visava a recolha de informações sobre dimensões (sociodemográficas, situacionais e de proatividade) consideradas pertinentes para o presente estudo, tanto para a caracterização da amostra como para a exploração de potenciais relações com as variáveis primordiais de investigação. A escala *Latent and Manifest Benefits of Work* permite avaliar a perceção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes ($\alpha=.92$), sendo constituída por 34 itens que se organizam em seis fatores, equivalentes aos seis benefícios propostos por Jahoda. Os itens são apresentados como frases bipolares que representam, por um lado, o acesso e, por outro, a privação no acesso a um determinado benefício. Para cada item, os indivíduos têm de se posicionar, numa escala de sete pontos, em função do grau de concordância



quanto ao mesmo, sendo os *scores* mais baixos indicadores de maior percepção de acesso aos benefícios ou a determinado benefício. O *General Health Questionnaire-12* foi utilizado como medida de mal-estar subjetivo ($\alpha=.90$), sendo constituído por doze itens que se organizam em três fatores, identificados como perda de ânimo, perda de confiança e ansiedade. Os itens reportam os indivíduos para o modo como se têm sentido recentemente quanto a uma série de variáveis, sendo as respostas a cada item dadas numa escala de quatro pontos. Os *scores* totais da escala podem variar entre 0 e 36, sendo *scores* mais elevados indicadores de níveis mais elevados de mal-estar subjetivo.

No referido estudo pretendia-se, de modo mais específico: *i*) analisar a percepção de privação no acesso às categorias de experiência psicológica representadas pela disponibilidade financeira, estruturação do tempo, propósito coletivo, contacto social e estatuto/posição social valorizada; *ii*) analisar a experiência de mal-estar subjetivo, operacionalizado pelas variáveis perda de ânimo, perda de confiança e ansiedade; *iii*) explorar e analisar diferenças e relações entre a percepção de privação no acesso aos benefícios, o mal-estar subjetivo e o estatuto face ao emprego e face à procura de emprego; e *iv*) (re)pensar as implicações psicológicas e sociais decorrentes da questão em análise.

Com base na revisão da literatura era esperado que: *i*) os indivíduos desempregados apresentassem níveis mais elevados de percepção de privação no acesso às categorias de experiência psicológica elencadas e níveis mais elevados de mal-estar subjetivo do que os indivíduos empregados; *ii*) os indivíduos desempregados que se encontravam à procura de um novo emprego (*i.e.*, que tinham alguma experiência profissional prévia) apresentassem níveis mais elevados de percepção de privação no acesso às diferentes funções psicológicas do trabalho e níveis mais elevados de mal-estar subjetivo do que os desempregados que se encontravam à procura de um primeiro emprego; *iii*) que existisse uma correlação positiva entre a percepção de privação no acesso aos benefícios psicológicos do trabalho e a experiência de mal-estar subjetivo.



A análise dos dados recolhidos permitiu efetivamente constatar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre empregados e desempregados na percepção de privação no acesso às funções psicológicas do trabalho, bem como na experiência de mal-estar subjetivo. As diferenças ocorrem, de um modo global, no sentido esperado, com os desempregados a experienciarem níveis mais elevados de percepção de privação e de mal-estar subjetivo. Contudo, registam-se algumas exceções a esta tendência genérica, nomeadamente na percepção de privação no estímulo à atividade, em que as diferenças ocorrem no sentido inverso (com os indivíduos empregados a experienciarem níveis mais elevados de privação no acesso a esta dimensão particular do que os desempregados), e na percepção de privação no estatuto, em que não se registam diferenças significativas entre empregados e desempregados.

Portanto, de uma forma global e conforme esperado, os resultados demonstram que os indivíduos desempregados vivenciam a transição para o desemprego de forma menos positiva do que os indivíduos empregados experienciam a transição para o trabalho, apresentando níveis mais elevados, tanto na percepção de privação no acesso às funções psicológicas tradicionalmente cumpridas pelo trabalho, como na percepção pessoal de mal-estar. No entanto, empregados e desempregados parecem vivenciar de modo mais próximo a percepção de privação no estatuto, o que pode significar que, entre os diplomados com habilitação superior, o estatuto está mais associado à frequência e conclusão de uma formação de nível superior do que à trajetória da transição para o mercado de trabalho que lhe sucede ou, mais provavelmente, ser uma consequência da vivência de precariedade laboral e sobrequalificação que, cada vez mais recorrentemente, caracteriza as oportunidades profissionais em que os diplomados conseguem efetivamente integrar-se na atualidade. Importa realmente não esquecer que a massificação do acesso ao ensino superior aliada à generalização das dificuldades em encontrar, na transição para o trabalho, oportunidades profissionais congruentes com os projetos e as trajetórias formativas poderá contribuir para a perda do poder simbólico associado aos diplomas produzidos pelo ensino



superior e, conseqüentemente, a uma diminuição dos níveis de aspiração relativamente ao potencial de empregabilidade e estatuto associados. Este cenário pode também ajudar a explicar a maior percepção de privação no estímulo à atividade vivenciada pelos diplomados empregados, na medida em que poderá intensificar a vivência associada à estruturação do tempo que lhes é externamente imposta pelos seus contextos e responsabilidades profissionais e, conseqüentemente, de maior restrição na oportunidade de realização de atividades pessoalmente significativas e estruturadas por si (Martela & Maass, 2000; Waters & Moore, 2002).

Considerando especificamente os dados recolhidos com os diplomados desempregados, não se identificaram diferenças significativas entre aqueles que se encontram à procura de um primeiro emprego e os que estão à procura de um novo emprego, nem na percepção de mal-estar, nem nos níveis globais de percepção de privação no acesso aos benefícios do trabalho, embora os indivíduos que se encontram à procura de um novo emprego apresentem níveis mais elevados de percepção de privação no estímulo à atividade, no contacto social e no estatuto. Portanto, estes resultados infirmam, de uma forma global, a hipótese de que indivíduos que se encontram à procura de um novo emprego vivenciarão de forma significativamente diferente e mais negativa essa transição do que aqueles que se encontram à procura de um primeiro emprego. Ora, se o trabalho é a instituição social que, por excelência, permite o acesso às funções psicológicas consideradas (Jahoda, 1981, 1982, 1991) e se os indivíduos que se encontram à procura de um primeiro emprego não tiveram ainda contacto com aquela, então a inexistência de diferenças a este nível relativamente aos indivíduos que se encontram à procura de um novo emprego fará supor que a frequência de um curso superior e o investimento na realização da multiplicidade de atividades que lhe são adjacentes podem constituir-se como instituições sociais que permitem, como acontece com o trabalho, o acesso a essas mesmas funções psicológicas (Jackson, 1999). Isto reitera a importância de que os indivíduos que se encontram em situação de desemprego invistam na realização de atividades alternativas como forma de acederem, se não a todas, pelo menos a algumas das categorias de experiência



que tradicionalmente se reconhece serem potenciadas pelo trabalho. Não obstante, e como já referido, os desempregados que já tiveram alguma experiência profissional prévia apresentam níveis mais elevados de percepção de privação no estímulo à atividade, no contacto social e no estatuto, o que poderá ter que ver com o facto de a transição do trabalho para o desemprego significar uma rutura ou diminuição acentuada das oportunidades de contacto com uma rede de relações que se criou nesse contexto e das rotinas e atividades que tendencialmente se foram estruturando, desencadeando nos indivíduos dificuldades em lidarem proativamente com a percepção de privação no acesso a essas dimensões. Para os desempregados à procura de um primeiro emprego, principalmente os recém-licenciados, o contexto e o período de procura de trabalho poderão ser percebidos como oportunidades de exploração e de investimento na realização de um conjunto de atividades pessoalmente significativas, prolongando o contacto com a rede de relações anterior que, de um modo global, estará a lidar com desafios e transições semelhantes. Por outro lado, apesar de o desemprego poder induzir recorrentemente um questionamento do estatuto associado à frequência e conclusão de uma formação de nível superior (considerando que ela continua a ter pelo menos algum poder simbólico), a importância relativa desta dimensão será menor para aqueles que percecionam a experiência de desemprego como mais normativa na sua rede de relações, facto que ocorrerá com maior probabilidade entre os indivíduos que se encontram à procura de um primeiro emprego. A saliência da variável estatuto será também maior para os indivíduos que já contactaram com a possibilidade de ver reconhecido, no contexto profissional, o estatuto potencialmente associado à conclusão de uma formação de nível superior e que, em situação de desemprego, se veem confrontados com a fragilidade desse estatuto, mesmo em termos do seu poder na facilitação do acesso a oportunidades de trabalho e a trajetórias de alguma estabilidade laboral.

O presente estudo permitiu ainda constatar a existência de uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre a percepção de privação no acesso aos benefícios e o mal-estar subjetivo, tanto como medidas globais, como considerando as dimensões que as compõem, verificando-se, contudo, valores



transversalmente mais baixos de correlação entre a percepção de privação no acesso às categorias psicológicas identificadas e a dimensão ansiedade do mal-estar subjetivo. De entre as dimensões da percepção de privação no acesso aos benefícios, a privação na estruturação do tempo parece ser aquela que mais influencia a percepção de mal-estar, o que poderá ser um importante indicador de dificuldades emergentes, tanto na transição dos indivíduos desempregados de um contexto formativo e/ou profissional que promove a estruturação do tempo para um contexto de desemprego que é temporalmente ausente de estrutura (Jahoda, 1981, 1982, 1991; Creed & Macintyre, 2001; Waters & Muller, 2003), como na transição dos indivíduos empregados de um contexto formativo em que poderá existir uma maior flexibilidade na estruturação do tempo, para um contexto de trabalho em que essa permeabilidade será potencialmente mais limitada. A privação financeira e a privação no estímulo à atividade são as duas dimensões que, sequencialmente, mais contribuem de modo significativo para a experiência de mal-estar subjetivo. Por um lado, a disponibilidade financeira desempenha um importante papel na atual sociedade de consumo e na facilitação da concretização de uma multiplicidade de projetos de vida que tendencialmente pautam a transição para a idade adulta, pelo que a percepção de privação relativamente a esta dimensão desencadeará diretamente níveis mais elevados de *stress*, promovendo, também, indiretamente, a construção de expectativas pessoais mais negativas relativamente ao futuro (Creed & Klisch, 2005). Por outro lado, o investimento em atividades pessoalmente significativas e a percepção pessoal de proatividade, nomeadamente em contextos de desemprego, poderão contribuir para um sentimento de maior integração do indivíduo nos seus contextos de existência, facilitando a percepção de acesso a outros benefícios (Ullah, 1990; Haworth, 1997; Creed & Macintyre, 2001) e tendo um efeito moderador no impacte psicológico daquela experiência (Fryer & Payne, 1984, Gore, 1978, em Borgen, Hatch & Amundson, 1990). Consequentemente, a percepção de privação no estímulo à atividade desempenhará um papel importante na experiência de mal-estar, não só porque a percepção de uma menor proatividade contribui para a emergência de sentimentos mais negativos do indivíduo



relativamente a si e à realidade, mas também porque favorece uma avaliação mais negativa da possibilidade de acesso a outros benefícios, influenciando indiretamente a experiência de bem-estar subjetivo.

Explorando, por outro lado, a influência da percepção de mal-estar na percepção de privação no acesso aos benefícios, verifica-se que a perda de confiança é a dimensão que tem um contributo mais significativo na percepção de privação no acesso às categorias de experiência psicológica explicitadas, o que poderá derivar da complexidade dos projetos e investimentos característicos da população em questão que se associam, geralmente, a elevadas expectativas e aspirações pessoais, frequentemente, inviabilizadas ou adiadas no atual confronto com a realidade, encetando nos indivíduos processos de questionamento das suas competências e dos seus percursos e projetos. Este questionamento, associado à perda de ânimo e à ansiedade (que têm, ainda assim, um contributo significativo nos níveis de percepção de privação), assim como ao estatuto face ao emprego, configurará um contexto de mal-estar capaz de induzir o indivíduo numa avaliação mais negativa daquilo que o rodeia.

Conclusões e implicações

Os principais resultados aqui apresentados indicam, desde logo, que também para os diplomados com qualificação superior a transição para o desemprego é vivenciada como momento de desafios múltiplos, conduzindo a uma percepção global de menor possibilidade de acesso a uma série de funções psicológicas tradicionalmente cumpridas pelo trabalho e de redução da sua percepção de bem-estar global. No entanto, estar empregado não é sinónimo, pelo menos nesta amostra, de uma experiência linearmente positiva para aqueles que se encontram nessa situação profissional. Efetivamente, não só o estatuto face ao emprego desempenha um papel pouco significativo na experiência de mal-estar, como os empregados apresentam níveis mais elevados de percepção de privação no estímulo à atividade e não diferem significativamente dos desempregados na percepção de privação no estatuto.



Portanto, os processos de inserção profissional parecem originar desafios e dificuldades para estes diplomados, não apenas quando configuram transições para o desemprego, mas também para oportunidades de trabalho muitas vezes precárias que, em conjunto, colidem com um discurso social que tende a incentivar e estimular o prosseguimento de estudos para níveis progressivamente superiores e em diferentes contextos e etapas de vida, como investimentos potencialmente facilitadores do acesso a mais oportunidades sociais e profissionais que, na realidade, muitas vezes não se concretizam. Esta dissonância impõe, por conseguinte, o questionamento de uma multiplicidade de valores socialmente construídos, designadamente em relação à educação, à formação e ao trabalho, o que faz anteciper a necessidade de que indivíduos, instituições e sociedade em geral construam novos significados para a educação e a formação e realizem novas aprendizagens que lhes permitam lidar de modo construtivo com as mudanças e desafios que se lhes impõem no contexto atual.

Importa, então, a nível social: *i*) tematizar e discutir socialmente estas questões, facilitando o reposicionamento do trabalho, da qualificação e da aprendizagem, no contexto dos novos desafios que atualmente se colocam à sua gestão e implementação; *ii*) facilitando a emergência de novos ‘lugares’ de realização pessoal e de novos papéis pessoal e socialmente viáveis e enriquecedores que configurem modos alternativos de manutenção da relação do indivíduo com o mundo e da concretização do acesso a dimensões psicológicas importantes para a manutenção do bem-estar individual e para o desenvolvimento social. Isto implica, também, que o projeto das instituições de ensino superior (contextos privilegiados de investimento e promotores da vinculação social dos diplomados mais qualificados, ao menos no decurso do seu percurso formativo) se inscreva de modo premente neste projeto social mais alargado: *i*) promovendo não só o desenvolvimento de competências profissionais articuladas com as necessidades do mercado de trabalho, mas acima de tudo o desenvolvimento do indivíduo a diferentes níveis, capacitando-o para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de posição crítica, a adaptabilidade, a gestão de projetos de vida e o empreendedorismo; *ii*)



e assumindo, portanto, a missão de formar profissionais, mas também cidadãos críticos, conscientes e capazes de interação e participação social, assim como de negociação dos seus projetos individuais no contexto dos constrangimentos e possibilidades decorrentes dos projetos sociais em que necessariamente se inscrevem.

A intervenção psicológica e vocacional desenvolvida junto dos diplomados com qualificação superior deve, neste contexto, intencionalizar um esforço de capacitação e responsabilização progressiva dos indivíduos no sentido da construção, gestão e implementação de projetos vocacionais da sua autoria, contextualizados, flexíveis e que articulem investimentos e compromissos em diferentes contextos de vida, equilibrando o socialmente possível com o pessoalmente desejável. Neste sentido, deverá: *i)* apoiar os indivíduos na (re)construção dos seus projetos vocacionais, por forma a que aqueles passem a integrar as noções de risco, incerteza e imprevisibilidade, tornando-se pessoal e socialmente mais viáveis; *ii)* promover o desenvolvimento e a mobilização de competências de exploração que facilitem a tomada de consciência relativamente à estrutura atual do mercado de trabalho (e às possibilidades e constrangimentos que interpõe à gestão de projetos vocacionais), contribuindo para uma projeção no futuro e uma orientação para a ação dotadas de maior realismo; *iii)* promover o desenvolvimento de competências de empregabilidade e de gestão de carreira, estimulando não só o desenvolvimento de competências que capacitem os indivíduos para uma procura de emprego mais eficaz, mas também a exploração e a mobilização das competências pessoais transferíveis, valorizadas no atual contexto socioprofissional; *iv)* estimular a reflexão e a ressignificação do trabalho, em termos das funções psicológicas que este permite cumprir e do papel que ocupa na estrutura de vida e nos compromissos realizados pelos indivíduos, favorecendo a valorização do desempenho de outros papéis sociais; *v)* apoiar os indivíduos na estruturação do seu tempo, incentivando-os e desafiando-os para a identificação e realização de atividades pessoal e socialmente valorizadas, que impliquem a mobilização e a valorização de competências pessoais, favorecendo o alargamento das redes sociais de apoio, o



empoderamento, a melhoria da autoconfiança e a percepção de acesso a uma série de categorias de experiência psicológica, importantes na vivência desta transição.

Também a intervenção vocacional com jovens, no momento de transição para o ensino secundário e no final deste para outros níveis de formação ou para o mercado de trabalho, assim como com pais e professores (no âmbito de processos de consultoria vocacional), deve criar oportunidades de reflexão e posicionamento crítico face aos novos desafios e realidades que se impõem na atualidade à construção de narrativas vocacionais. É importante que se desafie e sustente uma revisão dos valores e expectativas vocacionais mais tradicionais, favorecendo o reconhecimento da presença inevitável dos valores de incerteza e mudança nas narrativas vocacionais de hoje, bem como da importância cada vez maior da autoria e agência pessoal na configuração desses projetos.

Num contexto social, económico e político que se reconhece em acelerada mudança, que impõe novos desafios ao processo de integração profissional dos diplomados mais qualificados e que prefigura alterações nas premissas do desenvolvimento e da orientação vocacional, importa que as responsabilidades sociais, institucionais e individuais sejam cada vez mais consideradas e repensadas, favorecendo a construção, a implementação e a gestão de projetos pessoal e socialmente mais viáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnett, J. J. (2000). A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55 (5), 469-480.
- Arnett, J. J. (2006). Emerging adulthood in Europe: a response to Bynner. *Journal of Youth Studies*, 9 (1), 111-123.
- Azevedo, J. (1999). *Voos de borboleta: escola, trabalho e profissão*. Porto: Edições Asa.
- Borgen, W. A.; Hatch, W. E. & Amundson, N. E. (1990). The experience of unemployment for university graduates: an exploratory study. *Journal of Employment Counseling*, 27, 104-112.
- Bynner, J. (2005). Rethinking the youth phase of the life-course: the case for emerging adulthood? *Journal of Youth Studies*, 8 (4), 367-384.



- Coimbra, J. L.; Parada, F. & Imaginário, L. (2001). *Formação ao longo da vida e gestão de carreira*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Creed, P. A. & Klisch, J. (2005). Future outlook and financial strain: testing the personal agency and latent deprivation models of unemployment and well-being. *Journal of Occupational Health Psychology*, 10 (3), 251-260.
- Creed, P. A. & Machin, M. A. (2003). Multidimensional properties of the access to categories of experience scale. *European Journal of Psychological Assessment*, 19 (2), 85-91.
- Creed, P. A. & Macintyre, S. R. (2001). The relative effects of deprivation of the latent and manifest benefits of employment on the well-being of unemployed people. *Journal of Occupational Health Psychology*, 6 (4), 324-331.
- Creed, P. A. & Reynolds, J. (2001). Economic deprivation, experiential deprivation and social loneliness in unemployed and employed youth. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 11, 167-178.
- Fryer, D. (1988). The experience of unemployment in social context. Em S. Fisher & J. Reason (Orgs.), *Handbook of life stress, cognition and health* (p. 211-238). Great Britain: John Wiley & Sons.
- Fryer, D. & Payne, R. (1984). Proactive behavior in unemployment: findings and implications. *Leisure Studies*, 3, 273-295.
- Fryer, D. & Payne, R. (1986). Being unemployed: a review of the literature on the psychological experience of unemployment. Em C. L. Cooper & I. Robertson (Orgs.), *International Review of Industrial and Organizational Psychology* (p. 235-277). New York: Wiley.
- Gonçalves, C. (2008). *Pais aflitos, filhos com futuro incerto? Um estudo sobre a influência das famílias na orientação dos filhos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Gonçalves, F. R.; Carreira, T.; Valadas, S. & Sequeira, B. (2006). Percursos de empregabilidade dos licenciados: perspectivas europeias e nacional. *Análise Psicológica*, 1(24), 99-114.
- Haworth, J. T. (1997). *Work, leisure and well-being*. London: Routledge.
- Jackson, T. (1999). Differences in psychological experiences of employed, unemployed and student samples of young adults. *Journal of Psychology*, 133 (1), 49-60.
- Jahoda, M. (1979). The psychological meanings of unemployment. *New Society*, 49, 492-495.
- Jahoda, M. (1981). Work, employment and unemployment. Values, theories and approaches in social research. *American Psychologist*, 36 (2), 184-191.
- Jahoda, M. (1982). *Employment and unemployment: a social-psychological analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jahoda, M. (1992). Reflections on Marienthal and after. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 65, 355-358.
- Martella, D. & Maass, A. (2000). Unemployment and life satisfaction: the moderating role of time structure and collectivism. *Journal of Applied Social Psychology*, 30, 1095-1108.



- Muller, J. J.; Creed, P. A.; Waters, L. E. & Machin, M. A. (2005). The development and preliminary testing of a scale to measure the latent and manifest benefits of employment. *European Journal of Psychology Assessment, 21(3)*, 191-198.
- Parada, F. & Coimbra, J. L. (1999/2000). Sentidos e significados do trabalho no contexto de uma realidade em transformação: o desemprego e as dificuldades de integração profissional dos jovens. *Cadernos de Consulta Psicológica, 15/16*, 47-57.
- Savickas, M. L. (1997). Career adaptability: an integrative construct for life-span, life-space theory. *The career development quarterly, 45*, 247-159.
- Schnapper, D. (1998). *Contra o fim do trabalho. Conversa com Phillipe Petit* (P. L. Azevedo, Trad.). Lisboa: Editora Terramar.
- Ullah, P. (1990). The association between income, financial strain and psychological well-being among unemployed youths. *Journal of Occupational Psychology, 63*, 317-330.
- Waters, L. E. & Moore, K. A. (2002). Reducing latent deprivation during unemployment: the role of meaningful leisure activity. *Journal of Occupational and Organizational Psychology, 75*, 15-32.
- Waters, L. E. & Muller, J. (2003). Money or time? Comparing the effects of time structure and financial deprivation on the psychological distress of unemployed adults. *Australian Journal of Psychology, 55 (3)*, 166-175.

Sobre os autores e contato:

carlog@fpce.up.pt

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
Serviço de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional ao Longo da Vida

Recebido: 30/4/2015. Aceito: 30/9/2015.